

**O TURISMO COMO INSTRUMENTO DE COMBATE DA POBREZA:
REFERENCIA DOS ESPAÇOS RURAIS EM ANGOLA**

**EL TURISMO COMO INSTRUMENTO DE LUCHA CONTRA LA POBREZA:
REFERENCIA A LAS ZONAS RURALES EN ANGOLA**

**TOURISM AS A POVERTY FIGHTING INSTRUMENT: REFERENCE TO RURAL
AREAS IN ANGOLA**

Manuel Francisco Bandeira, PhD¹

Doutor em Ciências Económicas e Empresariais, Professor Associado do Departamento de Ciências da Natureza (DCN) do Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED de Benguela), da Universidade Katyavala Bwila (UKB) e do Instituto Superior Politécnico de Benguela (ISPB), Coordenador do Curso de Administração e Gestão do Território (AGT).
manuel_bandeira2003@yahoo.com.br; manuel.bandeira@ispbenguela.com

RESUMO

No contexto actual de crise económica e de abertura ao investimento privado nacional e estrangeiro, Angola tem a oportunidade de transformar o sector turístico em estratégico no processo de diversificação da economia rumo ao desenvolvimento económico e social e ocupar um lugar de destaque que lhe cabe, dado o seu potencial natural-cultural e recursos humanos dispostos a trabalhar. Estamos convictos que na luta de combate contra a pobreza em Angola, o turismo devidamente planificado através da sincronia entre o governo (sector público), privado (empresariado), ONGs e comunidades de destino e outros agentes afins, o sector tem um papel decisivo a desempenhar. Actraves da busca bibliográfica, estudo comparado, entrevistas estruturadas e excursões geográficas o presente trabalho propõe linhas estratégicas de orientação e actuação, algumas delas seguidas por alguns países africanos que podem servir de impulso para desenvolver a actividade turística nos espaços rurais, de forma que no futuro, possamos atrair mais turistas internacionais oferecendo productos-serviços que estejam de acordo com um turismo sustentável; devidamente planificado, bem gerido e inclusivo.

Palavras-chave: Desenvolvimento turístico, pobreza, turismo sustentável, potencial turístico.

¹ Doutor em Ciências Económicas e Empresariais, Professor Associado do Departamento de Ciências da Natureza (DCN) do Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED de Benguela), da Universidade Katyavala Bwila (UKB) e do Instituto Superior Politécnico de Benguela (ISPB), Coordenador do Curso de Administração e Gestão do Território (AGT).
manuel_bandeira2003@yahoo.com.br; manuel.bandeira@ispbenguela.com

RESUMEN

En el contexto actual de crisis económica y apertura a la inversión privada nacional y extranjera, Angola tiene la oportunidad de hacer que el sector turístico sea estratégico en el proceso de diversificación económica de cara al desarrollo económico y social y de ocupar un lugar importante de acorde con su potencial natural-cultural y recursos humanos dispuestos a trabajar. Estamos convencidos de que, en la lucha contra la pobreza en Angola, el turismo, debidamente planificado a través de la sincronización entre el gobierno (sector público), privado (empresas), ONG y comunidades de destino y otros agentes relacionados, el sector tiene un papel decisivo que desempeñar. A través de la búsqueda bibliográfica, el estudio comparativo, las entrevistas estructuradas y las excursiones geográficas, el presente trabajo propone directrices y acciones estratégicas, algunas de ellas seguidas por algunos países africanos que pueden servir de impulso para desarrollar la actividad turística en las zonas rurales, de modo que en el futuro, podemos atraer a más turistas internacionales ofreciendo productos-servicios que estén en línea con las normas del turismo sostenible; adecuadamente planificado, bien administrado e inclusivo.

Palabras clave: Desarrollo turístico, pobreza, turismo sostenible, potencial turístico.

ABSTRACT

In the current context of economic crisis and openness to domestic and foreign private investment, Angola has the opportunity to make the tourism sector strategic in the process of economic diversification towards economic and social development and to occupy a prominent place given its natural-cultural potential and human resources willing to work. We are convinced that in the fight against poverty in Angola, tourism, properly planned through the synchronization between the government (public sector), private (business), NGOs and communities of destination and other related agents, the sector has a decisive role to play. Through bibliographic search, comparative study, structured interviews and geographical excursions the present work proposes strategic guidelines and action, some of them followed by some African countries that may serve as impetus to develop tourism activity in rural areas, so that in the future, we can attract more international tourists by offering products-services that are in line with sustainable tourism; properly planned, well managed and inclusive.

Keywords: Tourism development, poverty, sustainable tourism, tourism potential.

INTRODUÇÃO

As tendências actuais do turismo internacional confirmam o extraordinário crescimento das viagens internacionais e dos ingressos do turismo. A maior parte dos países em desenvolvimento (PVD) tem vindo a participar em grande medida, na actividade económica do turismo internacional, em particular os novos países industrializados que também se converteram em novos países turísticos, tal é o caso do México, Tailândia, Malásia, Singapura entre outros países. Os turistas são cada vez mais numerosos em África, Médio Oriente, América do Sul, Caribe, Asia e no Pacifico.

O turismo constitui uma grande fonte de ingresso de divisas, intensivo na geração de postos de trabalho e de grande efeito multiplicador, visto que contribui para o Produto Interno Bruto (PIB) em muitos países que apostaram no sector. O turismo é sem margem de dúvida, um sector que os países em desenvolvimento podem explorar, seguindo as normas da sua sustentabilidade.

Angola pode perfeitamente transformar o sector turístico em *estratégico* e potenciar cada vez mais a economia do país para, ao lado dos sectores dos petróleos, diamantes, construção e outros, seguir na senda do processo de diversificação da sua economia rumo ao desenvolvimento no contexto da região, de África e do mundo a fim de ocupar um lugar privilegiado de acordo com o seu potencial de recursos naturais-culturais e recursos humanos dispostos a trabalhar. Esta claramente demonstrado que no processo de combate contra a pobreza em Angola, o sector do turismo devidamente planificado através de uma verdadeira sincronia entre o governo (sector publico), privado (empresariado), Organizações não-governamentais (ONGs) e comunidades de destino e outros agentes, tem um papel decisivo a desempenhar.

METODOLOGIA UTILIZADA

Este artigo destaca fundamentalmente a pesquisa bibliográfica, entrevistas e o estudo comparado de modelos e estratégias de desenvolvimento turístico com recurso a modelos e experiências internacionais de referência, destacando os concretizados no continente Africano. Tal é o caso de países como o Quénia (África Oriental), Namíbia e Africa do Sul (África Austral) de forma mui particular; países que ostentam actualmente, indicadores turísticos de relevo relacionado com projectos de intervenção nos espaços rurais e na luta contra a pobreza. O trabalho privilegia as características da gênese, das acções implementadas analisando seus pontos fortes e fracos, bem como os impactos gerados.

O TURISMO E POBREZA: OS PAÍSES EM VIA DE DESENVOLVIMENTO (ANGOLA)

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT, 1998), o turismo compreende as actividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadias em lugares distintos de seu entorno (meio) habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com fins de lazer, negócios ou outros motivos. Por seu lado a pobreza *“consiste na insuficiência de recursos para assegurar as condições básicas de subsistência e de bem-estar, segundo as normas da sociedade. É considerado como pobre aquele que possui más condições materiais de vida, que se refletem na dieta alimentar, na forma de vestir, nas condições habitacionais, no*

acesso a assistência sanitária e nas condições de emprego” (Ministério do Plano, 2005). Assim, todos aqueles que vivem com dois (2) USD/dia se encontram no limiar da pobreza e aqueles que vivem com apenas 1 USD/dia se encontra em pobreza extrema. Este é realmente um estágio típico que se observa fundamentalmente nos países em vias de desenvolvimento (PVD) e constitui um dos grandes problemas que a humanidade enfrenta sem que se vislumbra o seu termo a curto prazo. As áreas fundamentais da ação contra a pobreza estão orientados fundamentalmente nos domínios da: i) Educação, ii) Saúde, iii) Agricultura e desenvolvimento rural-turismo, iv) Infraestruturas básicas, v) boa governação (poder local), Administração macro-económica.

O combate à *pobreza*² é um dos grandes objectivos dos governos da grande maioria dos países em vias de desenvolvimento, pois esta acção estratégica constitui um dos objectivos fundamentais do milénio. Neste sentido, “as políticas do executivo angolano tem sido traduzidas em planos que procuram as melhores soluções com o objectivo de melhorar o nível de vida e modernizar o País”³. Para dar corpo esta problemática, também implica aferir, sobre em que medida, o turismo sustentável pode ser uma via e instrumento importante neste processo de luta contra a pobreza em Angola.

Nos últimos 15 anos em Angola (2004-2016) foram implementadas duas Estratégias de Combate à Pobreza (ECP). Os dados de que se dispõe indicam que numa primeira fase, até 2009, houve uma tendência de redução da pobreza, no entanto, após 2009, o progresso estagna, alguns dados indicando que pode ter havido retrocessos (Serrão Fernandes, 2016). Longe de se irradiar a pobreza, nos últimos três anos (2016-2019)⁴ este mal tem se acentuado a cada dia reflexo do fracasso das estratégias adoptadas, da má distribuição da riqueza do país e do acentuar da crise económica mundial. A prova evidente é a situação crítica de fome e pobreza que se vive actualmente nas províncias do Sul do país, agravado com a seca, comprometendo desta forma os objetivos do milénios. O combate da pobreza inclui uma cultura de boa governação e responsabilização, um planeamento e uma gestão orientada para os resultados e baseado numa forte componente de avaliação, a selecção de metodologias de medição e avaliação da pobreza adequadas, o enfoque na análise das evidências para as definições das prioridades nas estratégias de combate à pobreza, a inserção dos ECP no sistema normativo do planeamento nacional, a qualificação do capital humano (Serrão Fernandes, 2016). A estes factores de impulso se pode somar a adopção de estratégias de desenvolvimento sectoriais. É neste âmbito que o turismo actavés de microprojetos locais pode perfeitamente dar o seu contributo neste processo.

O turismo, desenvolvido e gerido de forma sustentável quer desde o ponto de vista económico, ambiental e sociocultural, pode contribuir de forma significativa a melhorar as condições de vida das populações locais nos distintos destinos. Sua rápida expansão geográfica e seu crescimento ininterrupto; sua natureza

² Pobreza: circunstância na qual uma pessoa carece de recursos básicos para satisfazer as necessidades mínimas e garantir a sua sobrevivência. Em Ministério do Plano (2011).

³ Idem.

⁴ Programa de Desenvolvimento Local (PIDLCP) e Combate à Pobreza do quinquénio 2018- 2022.

transversal que o vincula com numerosas actividades económicas; sua capacidade de se estabelecer, inclusive em zonas mais isoladas em que o desenvolvimento de actividades não parece possível e sua particularidade de estar integrado em grande parte, por pequenas e microempresas, são alguns dos motivos que contribuem na capacidade para reduzir significativamente a pobreza (OMT, 2005)

Tabela 1: Cifras mundiais relevantes do peso económico do turismo

<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fonte de divisa de 1ª ordem para muitos países de baixos ingressos e países de industrialização recente como é o caso do México e da Tailândia.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Está entre as cinco (5) principais fontes de ingresso por exportações em 69 países em desenvolvimento entre os quais 28 tem o turismo como principal fonte.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Principal fonte de exportação (entre as 5 primeiras) em 83% dos países em desenvolvimento e 1/3 como principal exportação dos países desenvolvidos.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dos 80% da população dos países mais pobres do mundo (-1 USD/dia) vivem em 12 países, e em 11 destes, o turismo cresce significativamente com o PIB entre 2-5% das exportações.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Países como as Maldivas e Vanuatu as receitas turísticas representam >25% do Produto Interno Bruto (PIB).

Fonte: Elaborado à partir de CNUCED (2009)

As características específicas do turismo determina quatro (4) grandes vantagens potenciais para os PVD com relação a outros sectores da economia: a) Maior potencial para envolver outros sectores (empresas) porque o cliente vai ao encontro do produto/serviço; b) Intensivo em mão de obra e emprega um *número considerável de mulheres* (problemática do género); c) Abre possibilidades nos países pobres e em zonas com escassos produtos tradicionais de exportação (matérias primas, agricultura etc.); d) Os produtos turísticos podem ser criados à partir *dos recursos turísticos naturais, histórico-monumentais e culturais*, capital que muitos países em desenvolvimento possuem em abundância.

Sessenta por cento (60%) da população mundial se dedica a agricultura ou a pesca e vive nas zonas rurais. Esta realidade aumenta e se observa de forma clara nos PVD onde a agricultura se associa em muitos casos com a actividade pecuária (agropecuária). Neste imenso sector social (rural) que constitui a maioria da população angolana encontramos os índices mais elevados de pobreza. O mesmo acontece nas zonas marginais (periferias) das urbes da capital de Angola (Luanda), Benguela, Huila, Huambo e sobre tudo nas cidades do litoral e capitais de províncias (outro espaço em que se concentra a miséria-fome). Este fenómeno está estritamente ligado com os emigrantes de origem rural que se viram forçados

a abandonar seus lugares de origem para sobreviverem (Tuduri, 2006). Cabe destacar que nas últimas décadas o mundo rural se converteu em fonte de recursos humanos (mão de obra), naturais (água, terras) e capital a favor dos sectores económicos secundário (indústria) e terciário (serviços) muito mais urbanos. Salvo excepções, quando as políticas económicas se orientam ao campo⁵, facto que tem favorecido os modelos de desenvolvimento agroindustrial predominante e não ao pequeno camponês.

A intervenção que prioriza o turismo no entorno rural⁶ se justifica porque a raiz da realidade angolana condicionada durante muito tempo pelo factor “guerra” estes espaços foram paulatinamente, se convertendo em marginais reflexo de fenómenos como a emigração (êxodo rural), o envelhecimento da população, a falta de investimentos em infra-estruturas, a escassa rentabilidade do sector agrícola, a falta de diversificação económica, a baixa produtividade, os baixos níveis de educação e os escassos serviços públicos provocaram um panorama algo desolador para as populações locais (OCDE, 2006)⁷. Precisamente reflexo desta realidade que afecta os países em desenvolvimento se considera que este sector pode ser potenciado na medida em que: *“O turismo sustentável é talvez uma das poucas oportunidades de desenvolvimento para os pobres”*. *Aproveitemos-o racionalmente e pronto!* (OMT, 2003).

TURISMO E REDUÇÃO DA POBREZA: ESTRATÉGIAS E LINHAS DE ACTUAÇÃO

A declaração do Milénio das Nações Unidas assinalou a redução da pobreza como um dos reptos mais imperiosos que o mundo deve afrontar no século XXI. Nesta perspectiva, a Organização Mundial do Turismo (2004) recomenda sete caminhos para os PVD beneficiar-se copiosamente do turismo entre os quais cabe destacar:

1. Empegar os mais pobres nas empresas turísticas.
2. Fornecimento de produtos e serviços às empresas turísticas pelos mais pobres.
3. Venda directa de produtos e serviços aos turistas pelos mais pobres.
4. Criação e gestão de empresas turísticas pelos mais pobres (micro-créditos) pequenas e médias empresas (PIMES).

⁵ O executivo angolano trata de mitigar esta tendência, desenhando programas de apoio as zonas rurais com projectos específicos, fomento do empreendedorismo, abertura de microcréditos as pequenas e médias empresas, apoio a mulher rural entre outras estratégias em curso.

⁶ De acordo com os resultados do IPM Global, um de cada dois angolanos (51,2%) vivem na pobreza multidimensional, com uma taxa de pobreza de 88,2% nas áreas rurais e 29,9% nas áreas urbanas.

⁷ Citado por Grosby, A. (Editor) (2009:83).

5. Fiscalidade do turismo em benefício dos mais pobres.
6. Actividades voluntárias das empresas turísticas e dos turistas.
7. Investimento em infra-estruturas básicas em benefício dos mais pobres e do desenvolvimento turístico.

A luz das múltiplas vantagens do turismo, os PVD devem nas suas estratégias de desenvolvimento económico tratar de aproveitar ao máximo todo seu *potencial endógeno* vocacionado para o turismo como instrumento válido de combate à pobreza nas localidades recônditas, na medida em que, aliado a actividade agrícola predominante nestas regiões, se deve agregar a componente de potencialização dos recursos turísticos naturais, histórico-monumentais e culturais orientados para um turismo verdadeiramente sustentável a favor dos pobres que sirva de referência para outras comunidades de destino. Neste sentido, o *turismo responsável e comunitário* podem ser uma opção prioritária nas estratégias de desenvolvimento local.

O *turismo rural comunitário* deve ser um turismo de formato estabelecido nas zonas rurais no qual a população local através de suas estruturas organizativas, exerce um papel significativo no seu controle e gestão. Este deve adaptar-se de acordo com as características e contexto da população local, porém modelos referenciais da Namíbia, África do Sul e Quênia em África, podem servir de base de partida adaptado a nossa realidade. Esta modalidade é destacável porque se dirige aos sectores mais desfavorecidos da sociedade, está orientado a distribuição equitativa dos benefícios e estabelece sinergias com outras políticas de desenvolvimento económico no âmbito agro-pecuário, de património cultural, meio ambiental entre outros (Gascón; Cañada (1995), citado por Tuduri, 2007).

As prioridades da acção do turismo no combate a pobreza devem destacar em primeiro lugar o fomento de uma *cultura turística local* vocacionado para o fomento do *turismo doméstico* e os programas de desenvolvimento devem focalizar fundamentalmente os seguintes aspectos⁸:

- I. Fortalecimento da política, estratégias e planos do sector;
- II. Estimulo à criação de negócios locais de apoio ao turismo; fluxo de negócios entre si, visando a redução das importações⁹;
- III. Promoção das bases para o turismo interno e internacional, facilitação dos acessos e abertura paulatina do país aos turistas internacionais;
- IV. Formação e *profissionalização* dos recursos humanos para garantir a sustentabilidade e competitividade do sector.

⁸ OMT (2003): *Turismo y Atenuación de la Pobreza*. Madrid. España.

⁹ A necessidade do turismo aproveitar ao máximo os productos de apoio a actividade turística produzidos localmente, foi defendido recentemente na EXPO HOTEL e Congresso de hotelaria e turismo da Associação dos Hotéis e Resorts de Angola (AHARA) realizado nos dias 26 a 29 de Setembro em Luanda. Esta perspectiva, devidamente capitalizada, pode facilitar a inclusão dos mais pobres na rede do turismo comunitário na localidades de destino reconditas.

Quadro 1: Proposta de modalidades para potenciar o turismo aos pobres

Modalidades	Características/produtos e/ou serviços afins
<i>Turismo responsável</i>	Orientado a reduzir os impactos negativos sobre o meio ambiente, uso das instalações locais (rústicos e tradicionais), conhecimento dos comportamentos culturais dos anfitriões. Se caracterizam por serem viagens de grupos bastante reduzidos.
<i>Turismo comunitario</i>	O turismo comunitário é uma estratégia para que populações tradicionais, independente do grau de descaracterização frente à hegemonia das sociedades urbanas industriais, sejam protagonistas de seus modos de vida próprios, tornando-se uma alternativa possível ao modo de vida materialista-consumista (Sampaio, 2005).
<i>Turismo étnico</i>	A motivação fundamental consiste em interactuar com grupos étnicos autóctones e/ou exóticos (visita as aldeias dos grupos étnicos mumuilas, mucubais, bosquímanos, Kwisses entre outros). A riqueza cultural de uma comunidade ao ser preservada como forma de manutenção do grupo é utilizada como fomento ou elemento potencializador para a actividade turística, principalmente neste momento em que se observa o crescente interesse pela pluralidade étnica e pela diversidade cultural. Pode estar orientado a estudiosos e investigadores relacionados com estudos da sociologia e etnologia e outras ciências afins.
<i>Turismo rural (agroturismo)</i>	Destaca actividades que se realizam em contato com a natureza pura, a vida rural e ao campo. Excursões a pé, conhecimento de paisagens naturais, observação da flora e fauna, prática desportiva nos rios, lagos, lagoas, montanhas, gastronomia, artesanato e folclore .
<i>Ecoturismo</i>	Associado a proteção e melhoria de parques e reservas naturais (Espaços Naturais Protegidos), ao bem-estar das comunidades de destino (residentes e a educação ambiental).

Fonte: Elaboração Própria (2018)

Apesar da perspectiva sustentável que se persegue, muitas empresas tendem a preocupar-se mais com os lucros sob capa do turismo sustentável e do ecoturismo entre outras teorias, apenas na sua apresentação a fim de atrair clientes. As modalidades

expostas visam colmatar precisamente esta tendência, pois o turismo provoca impactos negativos a acautelar (quadros: 2 e 3).

Quadro 2: Impactos positivos: benefícios directos

Rendimento: A satisfação do turista passa pela compra de uma variedade de serviços e bens que podem ocorrer em diferentes momentos e locais.

Emprego: Sector de trabalho intensivo que integra todos os graus de habilidades, dos mais complexo ao mais simples, envolvendo todas as camadas sociais. Dada a sua característica transversal, estimula o mercado de emprego nos outros sectores da economia.

Conservação: Quando gerido de forma adequada, o turismo fortalece a viabilidade económica das áreas protegidas e reduz a pressão sobre o ambiente.

Investimento: A intensidade de capital no sector cria várias oportunidades de investimento para o sector público e privado.

Prestígio: A conquista de um lugar na lista de “destinos de referencia” nacional e/ou internacional, tem implicações económicas consideráveis para a economia do destino.

Criação de pequenos negócios: O sector está direta e indiretamente ligado a uma diversidade de sectores da economia criando desta forma, oportunidades para os pequenos negócios (*fomento do empreendedorismo*).

Fonte: Elaborado à partir de (OMT, 2005)

Quadro 3: Impactos negativos do turismo

Impactos sociais: Mudanças no estilo de vida resultante das migrações pelo trabalho, de mudanças na cultura, do aumento da taxa de criminalidade e até a prostituição.

Impactos ambientais: O desenvolvimento irresponsável de um projecto como uma avalanche de turistas num ambiente sensível e frágil podem destruir o equilíbrio da natureza (*control: capacidade de carga e indicadores*).

Fugas: Ocorrência de fluxo de dinheiro para o exterior resultante das necessidades de importação de bens e serviços, promoção internacional e publicidade, comissões de venda às agências estrangeiras, salários de pessoal estrangeiro e repatriamento de lucros representam (*fugas*) perdas nas contribuições para a economia.

Dependência excessiva: O turismo é volátil e responde rapidamente a influencias negativas como distúrbios políticos, ataques terroristas, desastres naturais e outros factores de constrangimentos.

Fonte: Elaborado à partir de (OMT, 2005)

CONCLUSÕES FINAIS

A elevação do nível de vida nos países industrializados, o abaratação das viagens de longo curso, a ampliação dos períodos de férias, os câmbios demográficos e a forte demanda de viagens exóticas tem favorecido um crescimento significativo do turismo para os países em desenvolvimento. Pelo facto, em muitos países denominados pobres e em desenvolvimento, o turismo é já a fonte mais importante de aquisição de divisas, depois do petróleo e bastante activo na criação de emprego, incluso constitui uma das principais exportações (OMT, 2003). Reflexo das múltiplas vantagens evidentes, podemos chegar às seguintes conclusões:

Para o caso particular de Angola, a *indústria turística* pode estar perfeitamente ao lado dos sectores mais importantes da economia como o petróleo, os diamantes e outros sectores e contribuir significativamente para o processo de diversificação da economia, desde que seja realmente considerado com um “sector estratégico”. O turismo deve por outro lado, ser potenciado como um instrumento valioso de combate a pobreza por ser intensivo na geração de emprego, estar ligado a uma série de sectores económicos, ser abrangente em termos de habilidades e abrir amplas oportunidades para as mulheres e sobre tudo, porque qualquer território pode ter valiosos recursos “turísticos potenciais natural-cultural” adormecidos. Para o efeito, existem modalidades especificas que normalmente potenciam o turismo para os mais pobres. Tal é o caso do *turismo comunitário*, *turismo responsável*, *turismo étnico*, *turismo rural* e o *ecoturismo* entre outras modalidades, que no final, o objetivo fundamental é a sustentabilidade. Para estas modalidades turísticas, a prioridade deve ser estimular a criação das Micro, Pequenas (familiares) e Médias Empresas em sincronia com Micro-Projectos sustentáveis, em detrimento dos Mega-Projectos que na prática, só beneficiam em parte, as grandes urbes. “*Esta particularidade faz com que o turismo esteja melhor colocado para aliviar a pobreza em relação aos outros sectores, pois permite alcançar desempenho económico e melhor distribuição da riqueza, ao transferir mais facilmente o rendimento para os mais pobres*”¹⁰

As estratégias devem ser focalizadas de acordo com a perspectiva anterior, pois parte considerável da população de Angola vive nos *espaços rurais* e se estas modalidades forem devidamente potenciadas, ajudam a aliviar a pobreza proporcionando recursos para a educação, saúde, infra-estruturas e certos tipos de instalações e serviços requeridos para o desenvolvimento do turismo. Se deve ter em conta uma adequada planificação e gestão do espaço territorial turístico na medida em que: “*O turismo é como fogo, tanto pode servir para cozinhar como também pode incendiar a casa*” (Provérbio asiático). Esta citação nos obriga a ter cautelas quanto ao crescimento espontâneo do turismo em detrimento de um turismo verdadeiramente sustentável (planificado) onde devem estar envolvidos todos os actores sem excepção o que normalmente não acontece em muitas paragens do globo terrestre. Esta visão requer a elaboração de Planos Directores e/ou Estratégicos do Turismo como instrumento importante baseado no Plano Director do país a fim de se uniformizar os critérios.

Cada território (Município e/ou Comuna) deve tratar de identificar o *potencial endógeno* factível a actividade turística através de um inventário exaustivo dos *recursos turísticos naturais*, *culturais* e *histórico-monumentais* das localidades, estimular o

¹⁰ Ângela Bragança Ministra do Turismo de Angola, Jornal de Angola, 19 de agosto de 2019.

empreendedorismo, pois o turismo pode ser potenciado nos espaços rurais tradicionais como uma actividade complementar da actividade agro-pecuária predominante.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bandeira, M. F. et al. (2011). Diagnóstico e Inventário do Potencial Turístico do Município do Litoral da Província de Benguela, Direção Provincial do Comercio e Turismo (Minhotur). Benguela, Angola.

Bandeira, M.F. (2011). Estratégia para o Desenvolvimento do Turismo na Região Litoral Centro de Angola. Benguela, Angola: KAT.

CNUCED (2009). Curso Traifortrade-Turismo Sustentável para o Desenvolvimento. Organização das Nações Unidas (ONU).

Grosby, A. (Ed.) (2009). Re-inventando el Turismo Rural (Gestión e Desarrollo). Barcelona, Angola: Laertes

Jafari, J. (Ed.): (2002). Enciclopedia del turismo. Madrid, España: Síntesis Editorial Síntesis, Madrid.

Ministério do Ensino Superior e da Ciência e Tecnologia (2010): “Ofício N° 1102/3.00/GAB.MIN/MESCT/10”, Novembro. Luanda, Angola.

Ministério do Plano (2011): “Programas municipais integrados de desenvolvimento rural e combate à pobreza, abordagem geral e integral”. Luanda, Angola.

Montaner M. J. *et. al.*; (1998): Diccionario de Turismo. Madrid, España: Síntesis

Organización Mundial del Turismo (2003). Turismo y Atenuación de la Pobreza. Madrid, España.

Organización Mundial del Turismo (2005): Turismo, Microfinanzas y Reducción de la Pobreza. Madrid, España.

Serrão Fernandes, C. I. (2016): “Análise das Estratégias de Combate à Pobreza em Angola: Contributos para um Modelo de Planeamento e Avaliação”. Tese de mestrado em Gestão do Desenvolvimento Social e Económico. ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.

Tuduri, C. et al.; (2006): *Turismo Responsable*. Barcelona, España: Alhena Media.